



ACÓRDÃO Nº 251/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11424/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Responsável: Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza (Ordenador de Despesa)

4- Órgão: Serviço de Pronto Atendimento e Policlínica Dr. José de Jesus Lins de Albuquerque - SPA JOSÉ LINS.

5- Exercício: 2016.

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAD/AM.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6317/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento e Policlínica Dr. José de Jesus Lins de Albuquerque - SPA JOSÉ LINS. Exercício de 2016.

Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas da **Sra. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza**, Diretora-Geral do SPA JOSÉ LINS, exercício de 2016, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, todos estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, por haver incorrido em graves infrações às normas legais ou regulamentares de natureza financeira, orçamentária, patrimonial e operacional: ausência de Parecer do Controle Interno; ausência de Parecer Jurídico referentes às dispensas de licitações; fracionamento de despesas; e pagamento indevido de juros e multas ao INSS;

10.2. Considerar em Alcance a **Sra. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza**, Diretora-Geral do SPA JOSÉ LINS, exercício de 2016, no valor de **R\$ 2.023,06**, que devem ser devidamente corrigidos e atualizados monetariamente nos termos do art. 25, caput, da Lei Orgânica deste TCE/AM c/c art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-



ACÓRDÃO Nº 251/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

RITCE/AM, a serem recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ decorrente do pagamento indevido de juros e multas ao INSS;

- 10.3. Aplicar Multa à Sra. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza** no valor de **R\$ 13.654,39**, nos termos do art. 54, inciso II, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 308, inciso VI da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, pelo cometimento de atos praticados com graves infrações às normas legais ou regulamentares de natureza financeira, orçamentária, patrimonial e operacional: ausência de Parecer do Controle Interno; ausência de Parecer Jurídico referente às dispensas de licitações; fracionamento de despesas; e pagamento indevido de juros e multas ao INSS; que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Dar ciência à Sra. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza** da presente decisão;

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Abril de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

Auditor-Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES

Procuradora-Geral, em substituição